

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

16 de março de 2016

Edição 178

DES. TORRES MARQUES INSTALA PRIMEIRA NOVA VARA DE SUA GESTÃO NA COMARCA DE XANXERÊ

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques, comandou na manhã do dia 9 de março, em cerimônia realizada no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, o ato de instalação da mais nova unidade jurisdicional da comarca de Xanxerê: a Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões.

Sob a titularidade da juíza Daniela Fernandes Dias Morelli, a quarta vara local iniciará suas atividades com cerca de 3,3 mil processos - quase metade deles em meio digital. No total, a comarca registra pouco mais de 22 mil ações em tramitação. Na solenidade, prestigiada pelo presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gelson Merísio, participaram autoridades estaduais e municipais do Legislativo, Executivo e Judiciário, além de representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



Além do presidente do TJ, fizeram uso da palavra o juiz André Luiz Bianchi, diretor do Foro de Xanxerê, a promotora Ana Cristina Boni, o presidente da OAB/SC, Paulo Marcondes Brincas, e o deputado Gelson Merísio. A comarca de Xanxerê foi criada pela Lei Estadual n. 1.171, de 10 de dezembro de 1954, e instalada em 5 de junho de 1956. Atualmente de entrância final, abrange, além do distrito sede, os municípios de Faxinal dos Guedes e Bom Jesus.

Entre magistrados, assessores, servidores e estagiários, cerca de 60 pessoas trabalham no Fórum, que passa por reforma e está temporariamente instalado em um centro comercial localizado na área central do município. Foi lá que, após a sessão na câmara, as autoridades compareceram para descerrar a fita inaugural e conhecer as instalações da nova unidade jurisdicional.

FLORIANÓPOLIS SEDIA 18º FONAJUV



Começou na quinta-feira (3/3) a décima oitava edição do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis. Houve conferências sobre variados temas, entre eles o panorama da infância e juventude no Brasil; os padrões e referenciais para o atendimento socioeducativo; o atendimento socioeducativo e a Justiça Restaurativa. A programação incluiu, ainda, o lançamento do livro "Adolescente e responsabilidade penal - da indiferença à proteção integral", do juiz aposentado João Batista da Costa Saraiva, do Rio Grande do Sul.

O evento estendeu-se até o dia 4/3, com palestras e votação dos enunciados. O encontro foi coordenado pelo presidente do Fonajuv, juiz Roberto Ferreira Filho (MS), e pela juíza

catarinense Ana Cristina Borba Alves, e contou com o apoio da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Ceij), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Cejur/Academia Judicial do TJSC, Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc) e Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj).

O Fonajuv foi criado em 2009 e tem por objetivo ampliar as discussões sobre temas da infância e juventude entre magistrados de todo o país. Cada encontro é realizado em uma capital brasileira. No ano passado, o evento foi realizado em São Paulo e tratou sobre a redução da maioridade penal e a aplicação da Lei Maria da Penha em relação à prática de ato infracional (com informações da Assessoria de Imprensa da AMC).

CEIJ PARTICIPA DE VIDEOCONFERÊNCIA



A Coordenadoria do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Tribunal de Justiça; a juíza de 2º grau Rosane Portella Wolff, vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) do TJSC; e o juiz Alexandre Takaschima, além de assessores, participaram na manhã do dia 4 deste mês de uma videoconferência sobre o tema “Justiça Restaurativa: discutindo a Meta 8 do CNJ para 2016”.

O evento foi organizado pela Ceij do Tribunal de Justiça de São Paulo, sob a

coordenação do juiz Egberto Penido, membro daquela coordenadoria. Segundo o magistrado, a Seção Técnica de Justiça Restaurativa do TJSP iniciou, ano passado, uma série de reuniões ampliadas voltadas ao público que trabalha ou manifesta interesse na implantação da Justiça Restaurativa.

Foram três videoconferências realizadas no período, com a apresentação de trabalhos já em execução nas cidades de Tatuí, Campinas e Laranjal. Os encontros, agora com abrangência

nacional, têm por objetivo compartilhar experiências e socializar informações sobre a Justiça Restaurativa aos demais Estados da Federação.



DES. PACHECO REÚNE GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO PARA DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES



O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça - GMF, criado pela Resolução nº 7/2016, iniciou atividades ao promover reunião no dia 4 de março, oportunidade em que definiu estratégias e prioridades

de atuação, com divisão e fluxo de trabalho específicos.

O desembargador Roberto Lucas Pacheco, supervisor do GMF, conduziu os trabalhos, voltados às especificações e objetivos do grupo. As atribuições do GMF incluem a articulação e integração das ações promovidas pelos órgãos públicos e entidades voltadas à inserção social de egressos do sistema carcerário ou em cumprimento de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Também atuará para fortalecer o desempenho e a autonomia dos Conselhos da Comunidade, com monitoramento das informações e contatos, além de acompanhar os trabalhos dos

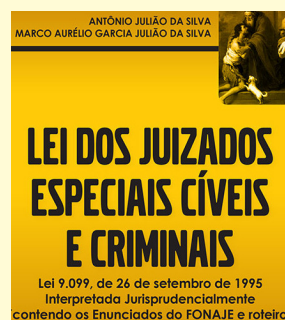
sistemas regulamentados pelo Conselho Nacional da Justiça - Sistema de Audiência de Custódia, Cadastro Nacional do Adolescente em Conflito com a Lei e Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais. A reunião teve a presença dos demais integrantes do GMF: a coordenadora estadual da Justiça Criminal e das Mulheres em Situação de Violência Doméstica, juíza de 2º grau Cíntia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; o juiz auxiliar da Presidência e coordenador de Magistrados, Carlos Roberto da Silva; o coordenador estadual do Sistema Socioeducativo e da Justiça Juvenil, juiz Giancarlo Bremer Nones; o coordenador estadual da Execução Penal, juiz Alexandre Karazawa Takaschima; e a juíza-corregedora Lilian Telles de Sá Vieira.



A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) do TJSC recebeu na manhã do dia 4/3 a visita de técnicos da Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça de Tocantins, que aqui estiveram para conhecer a legislação de custas e emolumentos de Santa Catarina, o fluxo de custas finais, o ressarcimento de atos gratuitos e o programa do Selo Digital de Fiscalização. Na oportunidade, foram recepcionados por integrantes da Assessoria de Custas e do Núcleo IV - Serventias Extrajudiciais da CGJ, que prestaram os devidos esclarecimentos.



O Pleno do TJ, na sessão de 4 de março, aprovou minuta de ato regimental que promove adequações no Regimento Interno do Tribunal de Justiça em relação aos ditames do novo Código de Processo Civil (CPC), que entra em vigor no próximo dia 18 de março. O trabalho foi realizado por uma comissão de magistrados sob a presidência do desembargador João Henrique Blasi, e integrada ainda pelo desembargador Ronei Danielli e pelos juízes de 2º grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto.



O oficial de justiça Antônio Julião da Silva, servidor do Tribunal de Justiça, acaba de lançar a terceira edição da obra “Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Interpretada Jurisprudencialmente”, através da Editora Juruá, com os enunciados do Fonaje e roteiros práticos de atuação dos conciliadores. O livro, nesta versão, tem coautoria de Marco Aurélio Garcia Julião da Silva, filho do autor.